

2

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual e sua contribuição para análise da IIRSA

“O pensamento crítico deve, com zelo e rigor, dissecar os lugares comuns falsos, revelar os subterfúgios, desmascarar as mentiras e mostrar as contradições lógicas e práticas do discurso do Rei Mercado e do capitalismo triunfante que se espalha por toda parte pela força de sua própria evidência, na esteira do colapso brutal da estrutura bipolar do mundo a partir de 1989 e da sufocação do projeto socialista (e sua adulteração por governos supostamente de esquerda, convertidos de fato à ideologia neoliberal). O pensamento crítico deve propor a questão dos custos e benefícios sociais das políticas de desregulamentação econômica e de desmonte social que hoje são apresentadas como a estrada correta para a eterna prosperidade e a suprema felicidade sob a égide da “responsabilidade individual” - que é outro nome da irresponsabilidade coletiva e do egoísmo mercantil. [...] Karl Marx se pronunciou favorável a uma “crítica impiedosa de tudo o que existe”. Parece-me que essa proposta é hoje mais oportuna do que nunca. Voltamos, assim, à missão histórica primária do pensamento crítico, que é a de servir como solvente da doxa, questionar perpetuamente a obviedade e as estruturas do debate cívico de maneira a nos darmos chance de pensar o mundo, em vez de sermos pensado por ele, dissecar e compreender seus mecanismos e assim reapropriá-lo intelectual e materialmente.”

Loic Wacquant¹

2.1

Introdução- a disciplina e a teoria de Relações Internacionais na América Latina

A disciplina de Relações Internacionais, gestada na Europa e especialmente nos Estados Unidos no contexto do pós Segunda Guerra Mundial teve historicamente em suas teorias e análises dominantes uma compreensão do que chamava de “periferia do sistema internacional”, “países do Terceiro Mundo”, “subdesenvolvidos” ou simplesmente “Sul” como espaços de desordem ou mesmo irrelevantes para a explicação dos fenômenos tidos como importantes na política mundial, fundamentalmente aos ligados a questões de segurança internacional.

Ainda que essas leituras tenham sido objeto de crítica, especialmente no contexto pós-Guerra Fria, a função social do estudo das relações internacionais no

¹WACQUANT, Loic “O pensamento crítico como solvente da doxa” em As duas faces do Gueto São Paulo : Boitempo 2008 p.138.

âmbito das ciências sociais tende a permanecer mediada por temas que afligem os países centrais, e a perpetuar a dominação e os interesses destes Estados.² Mesmo com o advento de perspectivas críticas no Reino Unido, na Europa e em menor escala no próprio EUA, percebe-se que neorealistas e neoliberais, ao estruturarem as posições no campo intelectual nas universidades consideradas de ponta na produção de conhecimento, definem grande parte da agenda de pesquisa da disciplina, dado o peso que a academia norte-americana tem para a teoria de RI e a própria prática das relações internacionais, em associação com os seus objetivos governamentais.

Como veremos adiante, a produção intelectual sobre o “internacional” nos países periféricos, e na América Latina em particular, ao se adaptar aos marcos da disciplina de RI, perdeu boa parte de seu potencial crítico e originalidade. Aníbal Quijano chama a atenção justamente para a “colonialidade do saber” presente nas ciências sociais nos países do Terceiro Mundo mesmo no contexto pós-colonial e que explica em grande medida a permanência da reprodução acrítica e o mimetismo intelectual na área de Relações Internacionais nos países periféricos.³

Pensar criticamente essa relação e vislumbrar uma descolonização do saber, como reivindica Quijano, significa superar a visão de que a pretensa “desordem” e “caos” das periferias do sistema internacional, ou mesmo de espaços periféricos subnacionais, é irrelevante como tema e práxis do que se compreende como política mundial, para além da escala das políticas externas das grandes potências. De fato, as contradições, ambigüidades e hibridismos colocados nesses espaços têm o potencial de ir além da própria crítica da condição periférica, nos permitindo interrogar também os centros e refletir sobre os acontecimentos políticos globais em sua totalidade.

De que forma o conhecimento teórico e a disciplina de Relações Internacionais, como campo autônomo em construção nas ciências sociais latino-americanas, têm atendido historicamente a esse desafio? Como destaca Mônica Herz:

² TICKNER, Arlene “Thinking IR Differently: Notes from the Third World”, *Millennium. Journal of International Studies*, Vol 32, No. 2, 2003, pp. 295-324; SMITH, Steve. *The Discipline of International Relations: still an American social science?* *British Journal of Politics and International Relations* Vol. 2, No3, Outubro 2000 p. 374-402.

³ QUIJANO. Anibal “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. em *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org.) CLACSO, Buenos Aires. 2005. p. 227-278.

[o] estudo das relações internacionais no Brasil, como área específica, emerge apenas a partir dos anos 70. [...] Em um contexto da hegemonia americana nos anos 70, marcado por uma tendência à multipolaridade nos campos econômico e político, a inflexão da política externa brasileira se faz acompanhar de uma inflexão do desenvolvimento dessa área de estudo, que a debateria e buscaria compreendê-la⁴

Tickner⁵ e Bernal-Meza⁶ são centrais para situarmos esse debate e refletirmos brevemente sobre os desafios da disciplina de Relações Internacionais na região. Tickner empreende um estudo empírico sobre o estado das artes das RI na América Latina tendo como pano de fundo o questionamento se a disciplina reproduz o pensamento intelectual do centro ou se constrói um pensamento emancipatório, como indica o título de seu livro. Para a autora está dialética é inconclusa. Em seus próprios termos,

“el estudio de las relaciones internacionales en América Latina se ha caracterizado por la tensión entre aquellas influencias provenientes de Estados Unidos y por su recepción local como un tipo de “imperialismo” que debe resistirse y reemplazarse por espacios de pensamiento autónomos”⁷.

Tickner acompanha Herz ao identificar a difusão dos estudos internacionais como uma necessidade dos países médios da região - Brasil, Argentina, México, Colômbia e Chile - de explicarem e se inserirem melhor no sistema internacional em um contexto que lhes permitia “maiores oportunidades para exercer a autonomia”.⁸ Em sua análise de mais de 180 artigos de periódicos de 1976 até 1998, a autora coloca como eixos centrais de discussão as questões de desenvolvimento, da autonomia na política externa e o debate recente em torno

⁴HERZ, Mônica – O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil- Contexto Internacional v.24 n. jan/jun 2002, p.15

⁵TICKNER, Arlene B. Los estudios internacionales en América Latina : subordinación intelectual o pensamiento emancipatório: Bogotá: Universidad de Los Andes Alfaomega Colombiana, 2002 p.260.

⁶BERNAL-MEZA Raul - América Latina En El Mundo: El Pensamiento Latinoamericano y La Teoría de Relaciones Internacionales - Nuevohacer Grupo Editor Latinoamericano, 2005, p. 408.

⁷Tickner (2002) p. Xvii.

⁸Ibid, p. 64.

tanto da defesa, quanto da crítica do neoliberalismo, como algumas das preocupações centrais da disciplina.⁹

Os cursos de graduação e os programas de ensino de teoria também são analisados pela autora. em que se destaca como as grades curriculares dos cursos ministrados na região são heterogêneas entre si e oferecem uma “aproximação multidisciplinar às relações internacionais, mas a importância que se dá a disciplinas como a ciência política, a economia, o direito e a história varia consideravelmente entre uns e outros”.¹⁰

No plano teórico, Tickner corrobora as constatações acima ao indicar que os cursos tendem a reproduzir as mesmas teorias ensinadas nos EUA: quase 70% dos textos incluídos nos programas são de enfoque clássico (realismo clássico, neorealismo, neoliberalismo, interdependência, teoria da integração); os enfoques marxistas e de análise de política externa respondem por aproximadamente 10% cada, enquanto os pós-modernos(5,4%), os construtivistas(1%) e o que a autora qualifica como pensamento híbrido latino-americano(1%) não chegam a representar juntos 8% dos textos.¹¹

O argumento central de Tickner é construtivista no sentido de que o desenvolvimento dos estudos internacionais na região foram se construindo socialmente a partir da interação entre distintos campos de saber/poder nas ciências sociais de cada país, somados às necessidades dos Estados e de suas políticas exteriores e ao relacionamento estabelecido com a academia norte-americana.¹² A partir destas interações a dialética entre a reprodução dos saberes do centro e o pensamento emancipatório é parcialmente resolvida com a constituição de uma “cultura híbrida latino-americana dos estudos internacionais”.

Comparado ao de Tickner, o estudo empreendido por Raúl Bernal-Meza é marcadamente entusiasta da constituição de um paradigma genuinamente latino-americano em Relações Internacionais, como um contraponto as teorias produzidas para reflexão da inserção dos países centrais. O pensamento latino-

⁹ Ibid, p. 110-118.

¹⁰ Ibid, p.91.

¹¹ Ibid, p. 63-95. Estes dados demonstram como a reprodução dos discursos conservadores do centro é quase que absoluta, ainda que nos últimos anos essa tendência venha sendo revertida, inclusive e de forma protagonista pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-RIO e centros de ensino, particularmente no Canadá e na Europa.

¹² Ibid, p. 164-166. Deve-se agregar também na atualidade a força social do mercado como responsável pelo relativo boom dos cursos de RI, acompanhando o processo de transnacionalização econômica e globalização financeira.

americano sobre as relações internacionais tem para ele seus antecedentes em autores como os peruanos Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, mas é originalmente marcado pelo pensamento de Raúl Prebisch e por Celso Furtado no Brasil. Outras variações teóricas que têm como chave a questão do desenvolvimento periférico, como a teoria da dependência, os debates sobre a autonomia e os distintos aportes de análise de política externa, também se inserem nesse grande paradigma na leitura de Bernal-Meza.

A influência intelectual e cultural dos EUA, do paroquialismo da disciplina de RI e o fluxo de acadêmicos que foram aprofundar seus estudos neste país, questão também trabalhada por Tickner, é vista por Bernal-Meza como um

(...) fenómeno, que por cierto contribuyó al progreso científico de la disciplina en la región, tuvo su efecto negativo al impulsar un desplazamiento del pensamiento latinoamericano, que desde las primeras críticas a las teorías clásicas y neoclásicas del comercio internacional, buscó analizar la inserción externa de la región (y sus relaciones internacionales, enmarcadas en una visión de economía política) desde nuestras propias perspectivas, que eran tan válidas como las formuladas en el mundo anglosajón.¹³

De forma paradoxal, Bernal-Meza constata que as contribuições mais originais do pensamento social na América Latina acerca das questões internacionais se desenvolveram antes ou mesmo fora da disciplina de Relações Internacionais e viriam a acompanhar seu desenvolvimento histórico. Essas leituras estiveram centradas na compreensão do sistema internacional caracterizado por assimetrias e nos processos de dominação centro-periferia, essenciais para a realização do que se definiu teoricamente e na política pública como o “desenvolvimento nacional” dos distintos países.

Neste âmbito, a dimensão histórica e estrutural das relações centro-periferia foi difundida inicialmente no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 como órgão regional da Nações Unidas, estabelecendo uma articulação direta, pelo menos até o golpe de 11 de setembro no Chile, com as questões práticas que permeavam os projetos de desenvolvimento nacional. Nos termos do economista argentino Raul Prebisch,

¹³BERNAL-MEZA, Raul. 2005, p. 21-22.

[e]l retraso de la periferia era consecuencia de la dinámica del sistema, a la vez que se consolidaba cada vez más la hegemonía histórica de los centros. De este diagnóstico, interpretado por la teoría centro-periferia, resultaban las estrategias en términos de inserción internacional y política exterior: propender desde el ámbito diplomático y de las relaciones económicas internacionales a la transformación del sistema mundial; promover la industrialización y redefinir la política arancelaria, utilizando la protección para la industria naciente e impulsar la integración latinoamericana.¹⁴

No contexto de polarização social e ascensão das ditaduras militares dos anos sessenta e setenta, a interpretação das contradições de classes nos projetos nacionais e das formas de associação do Estado, das burguesias nacionais e do capitalismo internacional se colocava como uma questão chave. Nesta linha, Cardoso e Falletto buscaram dar centralidade

[a]o conceito de dependência [...] [e] retomar a tradição do pensamento político: não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro. Essas relações se tornam possíveis concretamente por intermédio de uma rede de interesses e de coações que ligam uns grupos sociais a outros, umas classes às outras. Sendo assim, é preciso determinar interpretativamente a forma que essas relações assumem em cada situação básica de dependência, mostrando como Estado, Classe e Produção se relacionam¹⁵.

Intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e André Gunder Frank também se valeram da análise da dependência para enfatizar a impossibilidade do desenvolvimento associado ao imperialismo.¹⁶ As burguesias nacionais periféricas na visão desses autores acabam por reproduzir os interesses dos países centrais. Nessa chave, o subdesenvolvimento é compreendido não como um processo que pode ser rompido temporalmente, mas a expressão contraditória do capitalismo global e que figura condição necessária para que os próprios países centrais permaneçam na ponta da acumulação ao extraírem excedentes dos países periféricos.

Uma maior polarização de classes no contexto das ditaduras, ou até mesmo a possibilidade de *delink* (ruptura) com o sistema mundial, permeavam essas

¹⁴PREBISCH, Raul apud BERNAL-MEZA. 2005, p. 81

¹⁵CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7ª ed. p. 180

¹⁶DOS SANTOS, Theotônio – “A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas” Civilização Brasileira (2000) ; “Socialismo o fascismo : el nuevo caracter de la dependencia y el dilema latinoamericano “ Buenos Aires : Edições Periferia, (1973) ; GUNDER-FRANK, André.

análises, as quais contrastavam com as teses de Cardoso e Faletto, para quem as relações de dependência seriam mais flexíveis na estrutura do poder mundial, existindo variações qualitativas nas relações de dependência, em que os países periféricos poderiam promover seu desenvolvimento, entendido fundamentalmente enquanto um processo de industrialização e constituição de uma burguesia relativamente autônoma, com apoio do Estado.

A economia mundial concederia nessa última análise uma maior margem de manobra para a promoção de políticas de desenvolvimento nacional, em consonância com o processo que veio a permitir especialmente Brasil, Argentina e México a se industrializarem por substituição de importações e pela tendência a expansão de empresas multinacionais para os países periféricos. A porta aberta do desenvolvimento dependente e associado prevaleceu em grande medida no mapa mental dos intelectuais da região, em detrimento do conflito social, da constituição de Estados revolucionários e do *delink* com o sistema capitalista mundial, expressas no âmbito da teoria da dependência mais radical de Dos Santos e Marini. De fato, essa vertente viria a ser vinculada de forma pejorativa devido a sua mediação na prática às estratégias de luta armada e, infelizmente, relegada a um segundo plano nas ciências sociais latino-americanas no contexto da democratização, ainda que tenha influenciado diretamente as chamadas teorias do “sistema-mundo”, como a de Immanuel Wallerstein¹⁷

Neste quadro mais pragmático é que as teorias de Relações Internacionais norte-americanas, particularmente as premissas realistas e associadas a influência do campo diplomático-histórico, passam a figurar no debate das ciências sociais latino-americanas. A obra de autores como Hélio Jaguaribe, no Brasil, e Juan Carlos Puig, na Argentina é um exemplo, no que se convencionou caracterizar como o debate sobre o “realismo da periferia” e deu contornos pragmáticos e nacionalistas a forma com que os países periféricos teriam que lidar com o imperialismo e as assimetrias da economia e da política mundial.¹⁸ A meta-última dos países ditos “viáveis” em termos populacionais, econômicos e militares para superar sua condição de dependência seria a busca por autonomia, que na visão de Jaguaribe

Desenvolvimento do subdesenvolvimento latinoamericano. In: PEREIRA, Luís (Ed.). Urbanização e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976,

¹⁷Ver a esse respeito especialmente Dos Santos (2000)

se caracteriza por el hecho de los titulares disponen de medios para imponer severas penalidades, materiales y morales a un eventual agresor. Disponen además de un margen bastante amplio de autodeterminación en la conducción de sus negocios internos y de una apreciable capacidad de actuación internacional independiente¹⁹

No contexto de redemocratização do Brasil, do fim da Guerra Fria e de avanço da agenda neoliberal nos países latino-americanos dos anos 90, a síntese expressa na autonomia nacional foi reinterpretada a partir de premissas liberais abarcando valores como democracia, direitos humanos, multilateralismo, e a participação de atores privados na inserção internacional. Buscava-se atualizar esse paradigma e, ao mesmo tempo, se desvencilhar da lógica militarista e de auto-suficiência que alimentou o nacionalismo periférico das ditaduras latino-americanas. Não por coincidência, foi em países como o Brasil e Argentina em que a disciplina de relações internacionais e as premissas do realismo político foram incorporadas ao pensamento político sobre a inserção internacional desses países.

Neste sentido, a filosofia política de Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel tida como fundamento da posição realista cede espaço a outros filósofos clássicos como John Locke, Immanuel Kant e, sobretudo, Hugo Grotius na reflexão sobre a política externa em um contexto em que a “sociedade internacional” estaria se redefinindo para além da dimensão conflitiva e polarizada do mundo bipolar. A própria questão centro e periferia perde sua centralidade nessa vertente teórica de autores como Celso Lafer e Gelson Fonseca para quem,

a globalização não elide a autonomia e leva mesmo a que o Estado aperfeiçoe os seus mecanismos de participação diplomática, na linha de uma constante adaptação criativa; paralelamente, o alcance os limites da autonomia não prescindem da consideração das tendências globalizantes porque, queiramos ou não é neste marco que as opções se tornam viáveis. [...] A perspectiva nacional é que pode dar sentido equilibrado aos movimentos globalizantes ...²⁰

¹⁸JAGUARIBE, Hélio. Novo Cenário Internacional. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

¹⁹Apud BERNAL MEZA, Raul op. cit. p. 207.

²⁰FONSECA, Gelson & LAFER, Celso "Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas". In: Gelson Fonseca Júnior e Sérgio Henrique Nabuco de Castro (Orgs.) Temas de Política Externa Brasileira II. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1994 p. 49-77. ver

Na Argentina um movimento análogo se desenvolveu em torno de uma proposta de viés construtivista elaborada por Russell e Tokatlian, denominada de “autonomia relacional”, conferindo uma atenção especial a participação e engajamento dos países periféricos nas instituições internacionais e que deveria se esforçar na construção de compromissos mútuos no sentido realizar a autonomia, sob uma significação liberal. A autonomia relacional na visão desses autores deve ser compreendida como

a country's capacity and willingness, in conjunction with others, to make decisions of its own free will and to face situations and processes arising both within and beyond its borders. From this perspective, both the defense and the expansion of autonomy enjoyed by Latin American countries today can no longer depend on national or subregional policies of isolation, selfsufficiency, or opposition. Such policies are now either impossible or improbable, as well as undesirable.²¹

Outras perspectivas poderiam ser invocadas no contexto recente, como as de José Luis Fiori e Samuel Pinheiro Guimarães, certamente mais céticas do que as perspectivas liberais-construtivistas em relação à globalização neoliberal, as organizações internacionais e mais próximas a linha autonomista de Jaguaribe ou mesmo dos teóricos dependentistas.²² Essa síntese inicial sobre a disciplina e a teoria de Relações Internacionais na América Latina não visa propriamente aprofundar a obra desses autores, mas explicitar em termos históricos o caráter problemático da constituição da disciplina e o reducionismo que a acompanha em termos teóricos no sentido de moldar uma série de contribuições do pensamento social latino-americano e da crítica da economia política, sob as referências do “interesse nacional” e do esclarecimento dos aparatos diplomáticos dos países periféricos, fechando os horizontes da política a um circuito restrito de ação social.

também LAFER, Celso - “A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro” Ed. Perspectiva. São Paulo, 2ª ed. 2004, p.151.

²¹RUSSELL, Roberto & TOKATLIAN, Juan Gabriel – From Antagonistic Autonomy to Relational Autonomy: A Theoretical Reflection from the Southern Cone – Latin American Politics and Society – 2003 p.13.

²²FIORI Jose Luis “O sistema mundial, no início do século XXI”, em Fiori, Jose Luis; F. Serrano e C. Medeiros, O Mito do Colapso Americano; Editora Record, Rio de Janeiro, 2008 ; FIORI, Jose. Luis. & MEDEIROS, Carlos Antonio (orgs.) Polarização Mundial e Crescimento., Petrópolis, Editora Vozes ; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Seja em sua nuance liberal, seja na vertente mais à “esquerda” do ponto de vista autonomista, essa posição intelectual é representativa de todo um “senso comum” sobre o internacional, compartilhado por acadêmicos, diplomatas, militares, jornalistas e militantes para conferir sentido ao mundo. Portanto, se faz necessário desenvolver nos espaços periféricos aquilo que Guzzini no contexto dos países centrais situa como uma crítica ao *habitus* hegemônico dos participantes do campo das relações internacionais. Em seus próprios termos

realism is part of the collective memory and self-definition of international relations actors, academics or politicians alike, which order thought, suggest analogies and empower attitudes to political action. **Hence it is necessary to engage with realism [...]. Only by doing so we can move beyond our main tradition and school of thought. One cannot study world politics without understanding the main frame of thought which it has been consciously conducted. Very often the world realism depicts is not there, but realism is.**²³

Deve-se estar claro como a *doxa* das relações internacionais na América Latina ao diferir da *doxa* da *realpolitik* das potências hegemônicas - e dos Estados Unidos em particular - exige um caminho diferente. Nesse sentido é que se espera contribuir com um objeto de investigação capaz de estabelecer uma mediação com algumas das categorias teóricas historicamente relevantes para o debate público sobre as questões de desenvolvimento e inserção internacional na América Latina e, ao mesmo tempo, problematizar os pressupostos daquilo que veio a se constituir como sua face mais problemática, a do “nacionalismo metodológico”.

Com esse horizonte é que a pesquisa segue nas próximas sessões, a partir de contribuições teóricas da geografia crítica, da questão regional e com a própria análise da Iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) nos demais capítulos.

²³GUZZINI, Stefano "Realism in International Relations and International Political Economy: the continuing story of a death foretold" (London, New York: Routledge, 2002, p. 235 Grifo meu.

2.2

A contribuição da geografia crítica para uma análise das políticas de produção do espaço sul-americano

A partir das questões levantadas na sessão anterior, cabe explicitar em que medida a investigação da Iniciativa de Integração de Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) se faz relevante não apenas como um objeto empírico de investigação, mas que em sua construção teórica nos permite tensionar os limites e as bases com que o pensamento social se constituiu historicamente na América Latina para pensar as relações internacionais.

Na medida em que a implementação dos projetos da iniciativa de integração regional perpassa pelo tema das assimetrias e mecanismos de dominação política, econômica e cultural existentes no âmbito dos próprios países da região e entre classes sociais e espaços geográficos subnacionais já se esboça uma certa heterodoxia. Trata-se de uma questão cara para os especialistas em Relações Internacionais no Brasil, por exemplo, refletir sobre as assimetrias ou sobre aquilo que o papel de liderança do Estado brasileiro na América do Sul pode ter de efeitos opressivos, como questões relevantes no processo de integração regional, sem recair, logo, no “nacionalismo metodológico”.

Essas questões são quase sempre abordadas como secundárias, conseqüências inevitáveis ou mesmo não intencionais na construção de um espaço autônomo sul-americano a fim de fazer frente a ameaças externas, como o imperialismo norte-americano e a ascensão de outros Estados na competição interestatal, especialmente a China²⁴. Essa contradição fica explícita inclusive na importante produção recente de autores do pensamento social brasileiro e latino-americano, como Fiori, ao advogar a necessidade de expansão do poder nacional brasileiro e postular, ao mesmo, por um vir a ser benevolente.

O Brasil terá que decidir o seu lugar no mundo, a partir do seu pertencimento originário à tradição européia e cristã, que o distingue e distancia inevitavelmente,

²⁴Ver FIORI Jose Luis; SERRANO, Franklin e MEDEIRO, Carlos (2008) ; LIMA, Maria R. Soares e HIRST, Mônica - “Brazil as an Intermediate State and Regional Power” p. 21 International Affairs n.82 1 (2006) Disponível em <http://www.scribd.com/doc/7260163/Soares-de-Lima-e-Hirst-Brazil-as-an-Intermediate-State-and-Regional-Power> Boa parte das leituras que identificamos enquanto a doxa das relações internacionais tem se voltado na atualidade para capacitação do Brasil para uma política de potência média e regional.

das outras tradições e potências continentais que deverão estar competindo com os Estados Unidos, e entre si, pela liderança mundial, nas próximas décadas. **E terá que decidir se quer ou não, ter algum dia, a capacidade de sustentar suas posições fora da América do Sul, com seu próprio poder militar. De qualquer maneira, se este for o caminho escolhido, o grande desafio brasileiro será uma expansão sem “destino manifesto”, sem a violência bélica dos europeus, e sem o objetivo de conquistar para civilizar e comandar a história e o destino dos países mais fracos.**²⁵

Uma resposta simples nos marcos do nacionalismo metodológico poderia ir no sentido de igualar determinadas tendências de imperialismo do Estado brasileiro a outras experiências históricas de dominação exterior e (neo)colonial e atribuir nesse sentido um “interesse nacional” de sócios menores na América do Sul - como Paraguai, Bolívia e Equador – como, essencialmente contra-hegemônico a esse poder. Essa investigação parte de outro ponto de vista no sentido de problematizar especialmente as relações existentes entre Estado, capital e forças sociais em disputa por distintos modelos de desenvolvimento e em diversas escalas.²⁶

Como se verá no próximo capítulo a estruturação da IIRSA perpassa distintas escalas e atores sociais, com a atuação de Instituições Financeiras Multilaterais; está permeada pelas relações campo-cidade; formações sociais pré-capitalistas; processos de acumulação primitiva de capital; resistências de classes subalternas, regiões e territórios subnacionais com projetos políticos e concepções distintas do desenvolvimento, as quais buscam remeter ao plano local e a defesa do meio ambiente, não teorizadas suficientemente no âmbito da tradição latino-americana das relações internacionais.

A invisibilidade desses atores também é particularmente problemática se temos em mente que a construção e disputa por hegemonia nas sociedades modernas se dá no âmbito das sociedades civis, em que se conferem diferentes

²⁵FIORI, José Luis. “Brasil e América do Sul: O Desafio da Inserção Internacional Soberana” Março de 2010. Disponível em: http://flacso.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2880&Itemid=47 Grifo meu. Acesso em: 10/12/2010.

²⁶ Neste aspecto, deve se chamar a atenção inclusive como casos recentes tidos como de “conflitos diplomáticos” recentes entre o Brasil e os Estados citados acima não se deram em função da ação da política externa brasileira, ou de um conflito deliberado entre a diplomacia brasileira mas sim entre corporações capitalistas com base no Brasil, como as construtoras Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa, além de empresas estatais de capital aberto, como a Petrobras, diante das tentativas desses países de regular a ação dessas empresas para garantir maiores benefícios na exploração de suas concessões públicas e recursos naturais. Sobre esse tema Ver especialmente

sentidos e escalas de realização às políticas de desenvolvimento que pretendemos investigar. Como lembra Pieterse, “[d]evelopment thinking and policy is a terrain of hegemony and counterhegemony. In this contestation of interest there are many stakeholders and multiple centers of power and influence.”²⁷ Portanto, para analisar as relações sociais que permeiam o objeto de pesquisa em toda sua complexidade, é preciso transbordar os marcos teóricos de reificação do “internacional”.

Neste sentido, tem-se a proposta de João Pontes Nogueira de incluirmos o espaço e sua (re)produção como problemática para a reflexão sobre as relações internacionais, em um contexto de globalização e transnacionalização econômica. A partir de contribuições da teoria pós-estruturalista das relações internacionais e da geografia, Nogueira defende a compreensão

[d]a teoria internacional também como uma disciplina que estuda fluxos, redes e articulações entre atores políticos engajados na produção de um espaço global e não apenas como um campo de saber que estuda relações de poder entre estados em um sistema governado pela lógica da anarquia. **Se [...] a produção do espaço é o traço marcante do desenvolvimento tardio do capitalismo, bem como o meio estratégico de exercício de poder, uma teoria crítica das relações internacionais deveria incorporar a dimensão espacial em sua crítica à desigualdade econômica, à opressão política, à exclusão social e à alienação cultural que caracterizam a política mundial hoje**²⁸

A fim de se compreender a dinâmica das forças que produzem o espaço no capitalismo, as teorizações do geógrafo marxista David Harvey sobre o desenvolvimento geográfico desigual adquirem centralidade. Ainda que as teorias da CEPAL, da dependência e do imperialismo clássicos articulem suas contribuições com base na crítica do desenvolvimento desigual, a dimensão geográfica e espacial permanece mediada pela ação dos Estados. Para Harvey, isso se deve ao fato das disciplinas das ciências sociais priorizarem o tempo e a história, em detrimento do espaço e da geografia, considerando-os enquanto contextos estáveis e não problemáticos para a ação histórica.²⁹

Expressão Popular (2009) “Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário”

²⁷ PIETERSE, Nederveen Jan "Development theory : deconstructions/reconstructions / Jan Nederveen Pieterse" SAGE Publications (2001) p. 37.

²⁸ NOGUEIRA, João Pontes "Notas sobre a Contribuição da Teoria Crítica à Problematização do Espaço nas Relações Internacionais" Contexto Internacional – Rio de Janeiro v. 22, n. 2 (2000) p. 392. Grifo meu.

²⁹ HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. P. 117.

O autor enfatiza a existência de duas lógicas de produção do espaço. A primeira remete a aspectos cobertos pelas teorias de relações internacionais convencionais, ou seja, uma “lógica territorial do poder”, como projeto político dos atores cuja força se baseia no domínio de um território e da capacidade de mobilizar recursos naturais e humanos, por meio de estratégias políticas, diplomáticas e militares. A segunda, a “lógica capitalista do poder”, remete “aos processos moleculares de acumulação de capital no espaço e no tempo”, em que o domínio e o uso do capital assumem primazia,

atravessando e percorrendo um espaço contínuo, na direção de entidades territoriais [...] ou em afastamento delas mediante as práticas cotidianas de produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capital, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante³⁰

Essas duas lógicas diferem entre si e se entrelaçam de forma complexa ou mesmo contraditória na compreensão de Harvey, que crítica a suposição na literatura do imperialismo e do império de que existe sempre entre elas um “fácil acordo”. A lógica capitalista do poder se fundamenta na exploração de condições geográficas desiguais para concretizar sua acumulação. Essa tira proveito da mobilidade e fluidez no aproveitamento das assimetrias inevitáveis nas relações espaciais de troca, em que a riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. Já a lógica territorial do poder opera em condições mais fixas.

O desenvolvimento geográfico do capitalismo se define, portanto, a partir de uma dotação desigual de recursos naturais e vantagens de localização, mas é também produzido a partir da concentração de poder e riqueza em determinados espaços que vão potencializar os mecanismos da acumulação de capital. Nesse âmbito é que a lógica territorial do poder entra em cena, uma vez que as entidades políticas buscam orquestrar e preservar um padrão de assimetrias espaciais de troca que seja vantajoso para sua acumulação de poder e, portanto, dele dependem para a extração de seus recursos.

O pesquisador austríaco Andreas Novy, na interessante investigação que realiza sobre a produção do espaço político brasileiro a partir da centralidade da

³⁰ HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.31-32.

acumulação no Estado de São Paulo, também deixa clara a importância de irmos além da análise dos “espaços de poder” para a análise do “poder sobre o espaço” em que o capital é o agente constitutivo fundamental. O autor demarca o caráter atrativo e mobilizador desse poder, na medida em que sua lógica “não consiste tanto em ele oprimir as massas trabalhadoras, mas ele estimular, encorajar, forçar a vender a força de trabalho a uma empresa, em utilizar a energia e criatividade em benefício de uma empresa.”, atuando nestes termos “como força normalizadora, padronizadora e disciplinadora.”³¹

O que isso significa para fins dessa pesquisa? Primeiro, a necessidade de pensarmos que a produção do espaço sul-americano e de uma regionalidade por meio de obras de infraestrutura não é obra exclusiva dos Estados Nacionais que representam os cidadãos, mas é também e cada vez mais de forças sociais que operam em redes e fluxos globais, que no processo de acumulação capitalista global, necessitam de acesso a recursos naturais abundantes e de baixo custo para que o capital circule e realize sua contínua acumulação. Segundo, na medida em que existe uma distribuição desigual de recursos e especializações distintas dos próprios territórios que perpassam o espaço sul-americano, uma política de integração regional de infraestrutura representa ganhos desiguais e contraditórios para seus habitantes ao conformar uma nova especialização dessas regiões.

Destaca-se nesse processo de captura a realização de grandes projetos de investimento, como veremos adiante. Uma estrada, por exemplo, que compõe a chamada integração regional entre os países e liga territórios amazônicos ao Oceano Pacífico pode beneficiar determinados setores exportadores em ganhos de escala no deslocamento de suas mercadorias em direção aos ascendentes mercados consumidores asiáticos, gerar divisas para a economia nacional e, ao mesmo tempo, causar danos justamente para a população que vive em contato direto com a estrada, que passa a ser marcada por um fluxo deslocado das relações sociais ali estabelecidas historicamente.

Nogueira sintetiza teoricamente essa compreensão ao destacar que na globalização os cidadãos nacionais são cada vez mais “acionistas minoritários” das políticas adaptativas de seus Estados na produção de um espaço global abstrato. Em seus próprios termos,

³¹NOVY Andreas, A des-ordem da periferia, 500 anos de espaço e poder no Brasil, Petrópolis, Vozes, 2002. p. 34.

a “eficácia” do estado enquanto instância de centralização e poder e autoridade em um espaço territorial, passa a depender de sua capacidade de adaptar-se a dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização que caracterizam a globalização – adotando, por exemplo, estratégias de integração regional. [...] Suas funções assumem um caráter muito mais disciplinar e repressivo do que propriamente constitutivo de um espaço político que permite o desenvolvimento de instituições de poder legítimas pela participação da cidadania – a promessa do estado liberal moderno. Em outras palavras, a articulação entre territorialidade e as estruturas de lealdade e identidade que sustentam a legitimação do poder perde força diante do deslocamento das práticas estatais espaciais historicamente dirigidas para a organização do espaço nacional, para o plano global. A produção de um espaço global (abstrato) implica, portanto, um déficit de cidadania, ou dito de outra forma, uma redefinição da cidadania enquanto participação na economia política global, o que implica o confinamento de cidadãos “nacionais” no interior de estados cujos recursos se destinam cada vez mais a assegurar o funcionamento eficiente de uma economia global da qual eles são apenas “acionistas minoritários”³²

Nessa perspectiva a proposta da investigação é compreender tanto a atuação das forças sociais e seus mecanismos de coordenação que estruturam as políticas adaptativas à produção do espaço global para circulação do capital, quanto o processo de resistência de alguns desses “sócios minoritários”, que vem (re)agir a determinadas dimensões dessa política nos espaços sub-nacionais e que, por distintas causas, buscam questioná-las.

Na linha das reflexões desenvolvidas por David Harvey, com base em Karl Marx, se dará uma ênfase particular às resistências diante dos processos de acumulação de capital que permeiam a expansão de infraestrutura em territórios em que a força de trabalho e a natureza não estão totalmente incorporadas à lógica do mercado capitalista. Para isso, é preciso ter em mente os mecanismos que permitem a expansão do capitalismo, a demarcação do papel do Estado nesse processo e a dimensão contraditória da centralização e concentração de capital e poder político.

2.3

Produção do espaço, acumulação e imperialismo em David Harvey

Antes de entrarmos propriamente na exposição dos argumentos do geógrafo inglês cabe resgatar aqui uma contribuição esclarecedora de Aníbal Quijano,, ao enfatizar que o capitalismo por mais se constitua como a formação social dominante no planeta, sua dominação territorial não é absoluta ou homogênea. Para o autor peruano o

capital existe única exclusivamente como eixo dominante de articulação de todos os restantes modos de produção conhecidos, e nunca existiu de outro modo, nem poderia desenvolver-se e tornar-se dominante. **Assim, “capitalismo” é um termo que designa o conjunto do sistema de articulações dos modos de produção sob a dominação do capital**³³

Como essa dominação do capital se expressa na história e pode se expandir pelo planeta na conformação de um sistema capitalista global? Harvey, seguindo as contribuições de Marx, enfatiza que a reprodução simples e estacionária é incompatível com o modo capitalista de produção e a missão histórica da burguesia de “acumulação pela acumulação, produção pela produção”.³⁴

Esse processo foge ao controle do capitalista individual, que frente a competição caótica e contraditória com seus concorrentes se vê diante da necessidade de aumentar o capital, deparando-se com limites de diversa natureza – disponibilidade e controle da mão-de-obra e de meios de produção e demanda para absorção das mercadorias - o que necessariamente leva a crises endêmicas.³⁵ As crises forçam ajustes e racionalizações arbitrárias no sistema de produção, cujas conseqüências sociais vão desde o desemprego em massa, falências e colapsos financeiros, podendo também escapar ao controle impulsionando a luta de classes, o fascismo e as guerras.

³² NOGUEIRA. 2000, p. 418-19.

³³QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 472, Grifo meu.

³⁴HARVEY, David HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, p.45-46.

³⁵Ibid, idem.

O ponto fundamental é que as crises impulsionam novas condições para a renovação da acumulação, ou seja, ainda que alguns capitalistas individuais venham a perder, o sistema capitalista se renova e se expande a partir da supressão desses limites.

Harvey destaca uma série de mecanismos capazes de expandir a demanda efetiva e absorção de produtos de forma intensiva, como a penetração do capital em esferas de atividade até então organizadas por outras formas de produção; a criação de novos produtos e necessidades etc. Ele confere, no entanto, uma atenção particular à dimensão extensiva desse processo e que é fundamental para a abordagem desse tema, a da “expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou “o mercado mundial”.³⁶

A expansão do sistema de transportes e comunicação é central nesse processo já que “os preços tanto das mercadorias, tanto das matérias-primas quanto dos bens acabados, são sensíveis aos custos de transporte e a capacidade de coletar as matérias-primas em lugares distantes...”³⁷, diminuindo os custos de circulação e contribuindo para “a anulação do espaço pelo tempo”, característica própria da modernidade capitalista.

O autor destaca ainda, sempre com base em Marx, que a necessidade de minimizar os custos de circulação promove a aglomeração da produção em centros urbanos e a gradativa racionalização geográfica do processo produtivo. Nesse sentido, o Estado cumpre um papel decisivo, seja na geração de incentivos diretos para que o capital promova essa expansão, seja em sua produção direta caso o capital não se engaje integralmente em concretização e, particularmente, pelo sistema de crédito. Iremos aprofundar adiante da análise empírica, como os Estados Sul-americanos se coordenam entre si no âmbito da IIRSA e com base em que idéias-força buscam promover essa expansão das redes de transportes, comunicações e energia, que envolvem desde obras intensivas nos grandes centros urbanos sul-americanos até a criação de extensas redes para a circulação do capital entre os países, territórios e o sistema global.

É necessário enfatizar também a estreita associação existente entre essa expansão física do capital, o colonialismo e o imperialismo como processos

³⁶ Ibid, idem. p. 48.

³⁷ Ibid, idem. Harvey, p. 49.

históricos. A teorização de Harvey nesse âmbito é repleta de nuances e pontos de vistas críticos às teorias do imperialismo clássico, que influenciaram os teóricos latino-americanos contemplados na primeira sessão. Harvey enfatiza que Marx nunca propôs uma teoria do imperialismo e que sua contribuição se deu sobretudo na identificação das leis da acumulação em escala expansível e intensificada, assim como em interpretações sobre contexto históricos muito particulares, como a dominação inglesa na Irlanda e na Índia.

Para o autor, o problema das teorias do imperialismo não é propriamente a inexistência de uma ou outra determinada característica nesses processos históricos, mas a tentativa de se constituir uma teoria da história e leis (quase) universais a respeito do imperialismo, como uma derivação da teoria de Marx. Esse trecho de sua argumentação elucida bem o seu ponto de vista teórico:

o argumento sobre o que é o imperialismo se degenerou em um argumento sobre quais dos diversos princípios rivais devem ser utilizados para defini-lo. O desenvolvimento de mercados estrangeiros? A obtenção de matérias-primas mais baratas? A busca de uma força de trabalho mais facilmente explorada e mais submissa? A acumulação primitiva à custa de sociedade não capitalistas? A fraude por meio da troca? A necessidade de exportar capitais para estabelecer novos centros de acumulação associados a indústria? A concentração da mais-valia em uma base localizada? A manifestação do poder monopolista, expressa por meio da organização política de um sistema de Estados-Nações? O capital financeiro operando mediante empresas multinacionais e a cooptação governamental? Simplesmente a divisão internacional do trabalho? A combinação específica de algumas das manifestações acima mencionadas? De acordo com a teoria geral de Marx, **todas as manifestações acima são possíveis e nenhuma delas deve ser excluída. Portanto, é tarefa da análise histórica criteriosa a descoberta de quais dessas manifestações é dominante em um determinado estágio particular do desenvolvimento das formações sociais capitalistas?**”³⁸

Apesar do autor deixar em aberto às contingências da história a identificação de uma tendência dominante, ele não se furta em fazer, em seus próprios termos, uma aposta:

A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca. É tarefa das análises históricas e teórica identificar esses pontos de menor resistência, de maior fragilidade. Certa vez Lenin aconselhou todos os movimentos revolucionários a procurar o elo mais frágil no capitalismo. Ironicamente, o capitalismo consegue, por tentativa e erro, além de pressão constante, descobrir os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação

³⁸ Idem, p. 70. Grifo meu.

interrupta. E se aproveita desses elos para abrir campo novo para a burguesia cumprir sua missão histórica: a acumulação de capital³⁹

Procura-se aqui desenvolver essa hipótese de Harvey nos elos mais frágeis de resistência ao processo de expansão geográfica do capital, no quarto capítulo em que nos atemos a algumas das dimensões de resistência social aos projetos da IIRSA no chamado “eixo Peru-Brasil-Bolívia”. Mesmo que essa questão não possa ser confirmada *a priori*, o fato dos projetos desse eixo serem realizados em espaços periféricos dos três países, com baixa densidade populacional e atuação reduzida dos movimentos sociais nacionais, acompanha a aposta de Harvey.

Harvey realiza ainda uma interpretação própria do imperialismo em publicações como o “*Novo Imperialismo*” e “*Spaces of Global Capitalism*”⁴⁰. tendo em vista o aprofundamento do processo histórico de globalização e o avanço do neoliberalismo. A principal contribuição dessas obras está em sua releitura do processo de acumulação primitiva de capital descrito por Marx – como a mercantilização da natureza, a privatização das terras coletivas, a supressão de formas autônomas de produção baseadas no valor de uso - não como etapas prévias a formação social capitalista, mas como dinâmicas inerentes à acumulação de capital no contexto neoliberal ou mesmo como necessárias frente aos problemas de sobreacumulação no âmbito da reprodução expandida.⁴¹

Seu argumento se diferencia do de Rosa Luxemburgo que no início do século XX, atribuía à acumulação originária uma necessidade imperialista para crises de subconsumo e, assim, demarcava uma exterioridade dos espaços não-capitalistas. De fato, Harvey amplia a compreensão teórica sobre esses processos, caracterizando-os sob o termo “acumulação por espoliação” e que envolveriam a mercantilização de uma série de dimensões da vida social, como a biodiversidade, o material genético humano, a educação e todos os ativos públicos passíveis de serem colocados em circulação no processo de acumulação.

Harvey faz referência a um trecho da intelectual indiana Arundathy Roy, elucidativo sobre esse processo de privatização dos bens públicos.

³⁹Idem, p. 71.

⁴⁰HARVEY, David. *Spaces of Global Capitalism: Towards A Theory of Uneven Geographical Development* (London: Verso 2006).

⁴¹Harvey *Spaces*. p. 25.

“A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa. Apossar-se desse ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara em uma escala sem paralelo na história”⁴²

A estruturação das relações sociais pelo capital mais avançado, ligado aos circuitos financeiros globais sobre outras formações sociais, é destacada em um sentido análogo ao de Harvey por Saskia Sassen, como distinta do “período keynesiano” - que permeia a própria construção da análise latino-americana da economia política - no sentido de que não se busca mais a valorização das pessoas como trabalhadores e consumidores. Isso seria particularmente observado na África e em partes da América Latina, uma vez que determinados territórios são reposicionados globalmente não a partir da representação das comunidades políticas e indivíduos que ali habitam, mas como espaços de disponibilidade de recursos naturais.

Nessa versão contemporânea do processo de acumulação primitiva, o capitalismo global

“is akin to wanting only the horns of the rhino, and throwing away the rest of the animal, devaluating it, no matter is multiple utilities. Or using the human body to harvest some organs, and seeing no value in all the other organs, let alone the full human being – it can all be discarded.”⁴³

Contudo esse não é um processo pacífico e a acumulação por espoliação, em suas múltiplas variações, também engendra resistências locais e regionais. Retomando a argumentação de Harvey, deve-se destacar que o caráter contraditório, por vezes reacionário, dessas demandas no sentido de se manterem as tradições pré-modernas e que não incorporam, necessariamente, princípios de contestação da ordem social, como o socialismo significava no âmbito das lutas em torno da reprodução expandida capitaneadas por sindicatos, partidos e a luta por avanços da classe trabalhadora.

As resistências a espoliação engendram diferentes formas de organização e processos de regionalização, sendo necessário analisar de forma particular em que medida cada uma delas é capaz de constituir transformações sociais em torno da

⁴²ROY APUD Harvey. Novo Imperialismo. p.133.

⁴³SASSEN, Saskia “A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation,” Globalizations, March-June 2010, Nos. 1-2, pp. 23-50 p. 46

garantias de direitos e usos democráticos ou apenas adiar uma inclusão forçada da natureza e do trabalho social abstrato na reprodução expandida do capital.

Em síntese, ao incorporar a lógica capitalista da produção do espaço com seus efeitos geográficos desiguais e evidenciar as forças sociais que estruturam regionalmente os processos de acumulação primitiva/ por espoliação, assim como suas resistências, espera-se compreender as políticas de desenvolvimento, planejamento territorial e integração regional como a IIRSA, para além da submissão da teia complexa das relações mundiais ao espaço de disputa do internacional.⁴⁴

2.4 Regionalização e Grandes Projetos de Investimento

Como enfatizado no marco teórico os investimentos em infraestruturas físicas cumprem um papel central no processo histórico de expansão territorial do capitalismo. Como enfatiza Harvey,

“ O movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço. Vias férreas, rodovias, aeroportos, instalações portuárias, redes de cabos, sistemas de fibra ótica, redes elétricas, sistemas de água e esgoto, oleodutos etc constituem capital fixo incorporado a terra. [...] **Embora facilite a mobilidade espacial de outras formas de capital e trabalho, o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão geográfico fixado de seus investimentos para que seu próprio valor se realize**”⁴⁵

Além de uma condição necessária para a circulação, as estruturas fixas que habilitam a expansão do sistema capitalista e sua missão histórica de anular o espaço pelo tempo, determinam em grande medida o sentido futuro com que esse

⁴⁴ É o caso por exemplo de De JESUS, Diego Santos Vieira e JACOMO, Julio Cesar Pinguelli “O Complexo Hidrelétrico do Madeira e o ‘grande projeto amazônico’: a liderança brasileira e a integração da infra-estrutura regional sul-americana” *Comunicação&política*, v.27, n.3, p.109-129 para quem as obras da IIRSA ,e do Rio Madeira em particular, se legitimam por uma lógica de projeção global do Brasil como potência média. Esse critério valorativo da escala nacional, acaba por se sobrepor aos questionamentos sociais e ambientais ao projeto, ademais de não refletir suficientemente sobre a orientação privatista e setorial do complexo.

⁴⁵ HARVEY, David. 2003, p.87.

espaço vem a se organizar. Uma estrada construída com a meta de dinamizar a troca entre duas cidades distantes padroniza o espaço ao ser acompanhada, por exemplo, da ocupação e valorização das terras ao longo de seu fluxo, de prestação de serviços de abastecimento, alimentação e hospedagem aos que nela circulam ou mesmo pela criação de novos núcleos urbanos em seu traçado.

Ainda que as populações originárias da América tenham constituído uma divisão do trabalho própria no sentido de produzir suas condições de existência - e as construções da civilização Inca são um exemplo impressionante dessas realizações – a infraestrutura existente no continente sul-americano e o padrão espacial que a acompanha foi marcado fundamentalmente pelo processo histórico de colonização ibérica e os objetivos desses Estados em extrair o máximo de recursos e excedentes econômicos para o continente europeu.

Uma análise detalhada de como investimentos em ferrovias, portos e armazéns etc foram determinantes para a constituição dos distintos núcleos urbanos e economias regionais, os vários padrões de ocupação e expansão do controle territorial dos Estados Sul-Americanos foge ao objetivo de aprofundamento desse trabalho. Cabe apenas destacar aqui a estreita relação entre os investimentos em capital fixo com as atividades de extração de minérios e de determinados produtos agrícolas de interesse da metrópole e seu posterior deslocamento para o litoral, como o aspecto decisivo na produção do espaço nas Américas, conformando verdadeiras ilhas de atividades produtivas independentes.

Como enfatiza Carlos Vainer, o desenvolvimento capitalista ao mesmo tempo em que se caracteriza por sua dimensão expansiva e incorpora novos espaços a produção, “concentra e centraliza espacialmente os meios de produção e de poder”.⁴⁶ Historicamente as grandes cidades e metrópoles que concentram o setor industrial e financeiro, como a região sudeste brasileira e a grande Buenos Aires na Argentina, vieram a consolidar o espaço nacional e a divisão do trabalho a partir de seus interesses, incorporando as demais regiões a lógica da reprodução de seus capitais. Nesse contexto as regiões que se constituem como dominantes na articulação e produção do espaço, acabam por *capturar* as demais, como destaca Francisco de Oliveira.⁴⁷

⁴⁶VAINER, Carlos. B.; ARAUJO, F. G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, p.12.

⁴⁷de Oliveira apud Vainer; Araujo 1992. IBID, p. 18.

Tanto Vainer quanto de Oliveira enfatizam que historicamente a questão regional no Brasil é, por definição, a questão do Nordeste e que essa veio a se projetar politicamente por uma série de mecanismos institucionais no sentido de aproveitar as potencialidades e identificar os gargalos da economia regional. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) é o caso mais emblemático nesse sentido. A crise da Sudene e da própria questão regional no Brasil que se desenrola no início dos anos setenta é acompanhada pela imposição no planejamento territorial dos imperativos da integração nacional de todo o território, como parte do projeto da ditadura militar.

Ou seja, o desenvolvimento regional que refletia inicialmente uma preocupação com a integração entre as regiões (intra-regional) e as particularidades destas, dá lugar a estratégias pontuais e deslocadas desses espaços, voltando-se para a forma como cada região irá contribuir para o projeto de potência nacional. O espaço nacional que emerge da crise do regional é mais segmentado, como afirma Vainer, na medida em que veio a dar lugar a uma verdadeira 'era dos enclaves'.⁴⁸ As regiões passam a se organizar assim como somas de recursos e pontos que se submetem ao poder central. Em seus próprios termos, “não é a região que acolhe o pólo, é o pólo que define as novas regionalizações”, constituindo por exemplo, a região de Carajás, a região de Itaipu e a região da Aracruz-Celulose, em que o planejamento e gestão do espaço passa a ser de competência de empresas ou da dinâmica setorial que promove esses projetos.⁴⁹

Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs), entendidos pelo autor a partir de uma conceituação que abrange projetos de arranque da produção e de cadeias produtivas de metais, petróleo refinarias, centrais elétricas, centrais portuárias, estradas, *geram o espaço, e simultaneamente regem o espaço*. Sob uma lógica econômica seus controladores formulam e definem os sentidos do espaço em que os projetos são implementados a partir de critérios quase sempre alheios e externos aos das populações e da dinâmica regional.

O resultado é que com a implementação dos GPIs, se produzem conseqüências contraditórias ao desenvolvimento propalado por esse, desestruturando as relações de produção previamente estabelecidas, gerando

⁴⁸ Ibid. p.28.

⁴⁹ Ibid. p.30-31.

crescimento desordenado, favelização, prostituição, degradação do meio ambiente etc sem que as esferas políticas locais sejam capazes de dar conta desses efeitos.⁵⁰

Uma questão central que emerge dessa reflexão é a de que os próprios GPIs, de forma planejada ou não, promovem uma regionalização particular, ao (re)ordenarem o território de acordo com a sua lógica setorial e privada, transformando antigas regionalizações, se sobrepondo a outras ou mesmo constituindo novas regiões a partir da lógica com que produzem o espaço.

A regionalização proposta nos planos da IIRSA se constrói nestes termos, priorizando uma carteira de GPIs como forma de interconectar os países sul-americanos em diferentes setores de infraestrutura. . O processo de regionalização que a IIRSA engendra, no entanto, parte de uma compreensão distinta a da região enquanto o espaço subnacional do planejamento, intermediário entre o nacional e o local. O fundamento da região-eixo promovido na IIRSA é o da promoção de GPIs específicos para a integração do espaço continental sul-americano próximo daquilo que identifica Haesbaert, como um processo em que “se regionaliza para melhor globalizar” e em que os regionalismos de países periféricos atuam também como uma nova espécie de “escala operacional da globalização comercial e financeira”.⁵¹

Esse autor desenvolve uma extensa reflexão sobre a questão regional na disciplina da geografia desde o início do século XX, ressaltando a pertinência e a diversidade de manifestações dos processos de regionalização na política contemporânea. Dentre os consensos que caracterizam a compreensão dos geógrafos clássicos que trabalham com a escala regional e lograram manter viva essa categoria apesar de sua polissemia, o autor identifica elementos como a regionalização como um processo de diferenciação espacial; segundo, o caráter integrador ou articulador que região permite enquanto categoria de análise ; terceiro, a relativa mobilidade ou estabilidade das expressões identitárias e físicas das regiões e por fim “a correspondência entre região e ‘mesoescala’, especialmente aquela imediatamente colocada frente ao Estado-nação (infranacional e supralocal)”⁵²

Sua compreensão do regional não foge àquilo que Bourdieu traduz a partir de um jogo de palavras, enquanto uma forma de “divisão da realidade” e que

⁵⁰ Ibid. p.37.

⁵¹ HAESBAERT, Rogério. Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010 pg.148.

expressa, simultaneamente uma, “realidade das divisões”.⁵³ Para Haesbaert a região deve ser compreendida a partir do conceito de *arte-fato*, que fundamenta toda a construção de seu livro.

A primeira a da região enquanto um instrumento de análise, *artifício* e representação do pesquisador, do planejador, mas também presente no senso comum, nos atos discursivos e na dimensão simbólica dos sujeitos. Exemplo: o “Nordeste” como representação na cultura e identidade brasileira e destacado no mapa do planejamento de políticas públicas.

A segunda a da região enquanto categoria de prática, um *fato* de matriz materialista ou mesmo positivista, objeto da geografia clássica, e baseada em diferenciações de processos sociais acumulados historicamente, diferenças de meio ambiente e características físicas determinadas. Exemplo: o nordeste marcado por uma ocupação e atividades econômicas historicamente particulares no litoral e no sertão, com biomas e climas que a diferenciam, de *fato*, das demais regiões brasileiras.

Nessa compreensão da região enquanto um *artefato* que se espera refletir sobre o planejamento territorial expresso na IIRSA e também em seus processos de resistência local e regional. Essas duas faces do processo da chamada integração regional entre os países se diferenciam ideologicamente a partir de sua proximidade com cada um dos pólos do arte-fato. Enquanto a regionalização expressa nos eixos de desenvolvimento “Peru-Brasil-Bolívia” da IIRSA é fundamentalmente um artifício dos planejadores e promotores dos GPIs - uma região-plano nos termos de Haesbaert - para traçar um devir dos fluxos econômicos atuais e futuros no espaço, a regionalização das resistências investigada se constrói pela mediação com as características físicas e do meio ambiente, constituindo pressupostos de uma outra regionalização. Haesbaert e outros autores caracterizam esses processos como constituintes de “bioregiões”, que se certamente também articulam identidades e símbolos tem como fundamento os imperativos da natureza, da preservação da biodiversidade e de relações harmônicas com o meio físico, como os elementos que caracterizam uma região própria e por isso ameaçada pelos impactos dos GPIs.

⁵²Ibid pg .123.

⁵³BOURDIEU, Pierre apud ibid. p. 116.

Em síntese, a partir das questões teóricas neste capítulo é que buscaremos explorar as contradições dos processos de diferenciação geográfica e produção do espaço na América do Sul. Espera-se que a partir do tensionamento das idéias que orientam esse processos de regionalização se permita um outro olhar, de contornos transescalares, a respeito das políticas de desenvolvimento e, em sentido ampliado, da própria disciplina de relações internacionais .